

ARTÍCULOS

NARRAR A VIDA DURANTE O III REICH. INTERPRETAÇÃO DE “TRAJETÓRIAS DE VIDA” ESCRITAS POR “RETORNADOS” À ALEMANHA A PARTIR DO BRASIL.

Méri Frotscher

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

merikramer@hotmail.com

Resumo: O artigo trata de “trajetórias de vida” redigidas por um ex-cidadão austríaco que viveu no Brasil e se dirigiu à Alemanha por causa do III Reich. Essas “trajetórias de vida” eram exigidas pelo “Rückwandereramt” (RWA), repartição responsável pelos cidadãos alemães retornados. Com base num estudo de caso, este artigo discute e analisa suas “trajetórias de vida” escritas em dois diferentes momentos, considerando seus contextos de produção específicos. Para tanto, não somente documentos de sua pasta pessoal, mas também outros documentos das coleções do RWA, assim como fontes primárias e secundárias de outros fundos e acervos são integrados à análise.

Palavras-chave: Escrita de si, “trajetória de vida”, cidadãos alemães, Brasil, retorno, Alemanha, III Reich.

Título: NARRAR LA VIDA DURANTE EL III REICH. INTERPRETACIÓN DE "TRAYECTORIAS DE VIDA" ESCRITAS POR "REGRESADOS" A ALEMANIA DESDE BRASIL.

Resumen: El artículo trata de "trayectorias de vida" redactadas por un ex ciudadano austríaco que vivió en Brasil y fue a Alemania debido al *III Reich*. Estas "trayectorias de vida" eran requeridas por el "Rückwandereramt" (RWA), autoridad responsable por los ciudadanos alemanes regresados. Basado en un estudio de caso, este artículo discute y analiza sus "trayectorias de vida", escritas en dos momentos diferentes, teniendo en cuenta los contextos de producción específicos. Por lo tanto, no sólo documentos de la carpeta personal de su redactor, sino también otros documentos de las colecciones del RWA, así como las fuentes primarias y secundarias de otros fondos y acervos están integrados en el análisis.

Palabras clave: Escrita de sí, “trayectoria de vida”, ciudadanos alemanes, Brasil, regreso, Alemania, III Reich.

Title: SELF REPRESENTATIONS DURING THE III REICH. INTERPRETATION OF “CURRICULA” WRITTEN BY “RETURNERS” FROM BRAZIL TO GERMANY.

Abstract: This article is on self representations written by a former Austrian citizen who lived in Brazil and went to Germany because of the III Reich. These curricula were requested by the “Rückwandereramt” (RWA), a government office which was responsible for the returning German citizens. Based on this case study, the article discusses and analyses his curricula vitae written for two different occasions in their specific production contexts. Therefore, not

Recibido: 31-05-2013

Aceptado: 07-07-2013

Cómo citar este artículo: FROTSCHER, Méri. Narrar a vida durante o III Reich. Interpretação de “trajetórias de vida” escritas por “retornados” à Alemanha a partir do Brasil. *Naveg@américa. Revista electrónica editada por la Asociación Española de Americanistas* [en línea]. 2013, n. 11. Disponible en <<http://revistas.um.es/navegamerica>>. [Consulta: Fecha de consulta]. ISSN 1989-211X.

only the personal file, but also other sources from the RWA collections, as well as primary and secondary sources from other archives were used.

Keywords: Self representation, “life trajectory”, German citizens, Brazil, return, Germany, III Reich.

1. Introdução

Este artigo apresenta uma primeira aproximação de “trajetórias de vida” escritas por cidadãos alemães que viviam no Brasil e que retornaram à Alemanha durante o III Reich. Estas fontes foram encontradas nas coleções de documentos pessoais do “Rückwandereramt”, doravante RWA, repartição responsável pelo cadastro, controle, orientação e apoio aos retornados. Trata-se de um *corpus* documental até o momento inexplorado pela historiografia alemã voltada ao Brasil ou pela historiografia brasileira sobre a Alemanha, o qual permite analisar o fenômeno do retorno tanto numa perspectiva macro como micro da história¹.

Primeiramente, abordaremos questões teóricas acerca da “escrita de si” e a escrita da história, especialmente da tipologia de fonte aqui analisada. Em seguida, traremos elementos sobre o contexto institucional no interior do qual os retornados deveriam redigir suas “trajetórias de vida”. Apresentaremos brevemente o papel do RWA no interior do aparato burocrático do Estado nacional-socialista e de sua política de migrações, os mecanismos de cadastro e controle sobre os retornados, assim como o conteúdo das pastas pessoais dos retornados presentes nas coleções do RWA, no interior das quais encontram-se as “trajetórias de vida”.

Em seguida, apresentaremos a metodologia utilizada para a análise das “trajetórias de vida” redigidas e encaminhadas ao RWA, para, finalmente, adentrarmos na análise propriamente dita de “trajetórias de vida” escritas por um dos retornados.

2. A escrita da história a partir de “escritas de si”

O “retorno do sujeito” e a valorização das “escritas de si” nas Ciências Humanas têm levado a um aprofundamento das reflexões acerca da narrativa autobiográfica. Muito embora narrativas de caráter autobiográfico tenham estado cada vez mais presentes nos estudos de pesquisadores no Brasil, sobretudo a partir das últimas décadas do século XX e início do XXI, elas têm sido mais exploradas nos campos da literatura e dos estudos de história da educação, e menos pelo da história, como apontou a historiadora Ângela de Castro Gomes². Nos últimos anos, entretanto, diversas teses a respeito têm sido produzidas no Brasil e, sobretudo, artigos e coletâneas na área da história têm se esforçado em dar visibilidade a um conjunto de pesquisas e reflexões acerca das “escritas de si” ou da “escrita autobiográfica”³.

¹ Investigação custeada pelo Programa de Estágio Pós-Doutoral - CAPES (Proc. BEX 1236/10-5), realizado entre setembro de 2010 e julho de 2011 junto ao Instituto Latino-Americano da Universidade Livre de Berlim.

² GOMES, A. de C. (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, pp. 8-10.

³ Por exemplo, a própria coletânea citada acima (GOMES, 2004) e GOMES, A. de C.; SCHMIDT, B (Org.). *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. UFRGS/ Ed. FGV, 2009.

Para o historiador, articular o indivíduo e a sociedade/instituição/Nação, o singular e o coletivo, o íntimo e o público, através de “escritas de si”, constitui uma tarefa desafiadora, muito embora fundamental para relacionar a “escrita de si” com a escrita da história.

O cuidado no tratamento desse tipo de fonte começa com a própria forma de concebê-las. Lembremos das críticas do sociólogo Pierre Bourdieu à própria noção de “trajetória” de vida e à concepção da existência de um “eu” coerente e lógico⁴. Também o filósofo Paul Ricoeur, neste aspecto, adverte para a “ilusão substancialista” de um “sujeito idêntico a si mesmo”. Isso desconstrói a possível suposição de que as fontes de caráter autobiográfico, como assinala Leonor Arfuch, sejam o registro mimético da ação dos sujeitos no passado ou a idéia de que elas nos possam dar acesso substancial a “quem” as escreveu⁵. O “mito do eu”, segundo Philippe Lejeune, ofusca a visualização dos diferentes eus presentes num “eu” e o papel do outro na configuração da narrativa⁶.

Ao narrarem sobre si, os escreventes articulam as diferentes temporalidades na construção de uma história de vida coerente. É através da narrativa, como desenvolve o filósofo Paul Ricoeur, que se atribui uma lógica à temporalidade, uma vez que o tempo - passado, presente e futuro - não está fora da narrativa. Ele é articulado pela narrativa, ao mesmo tempo em que é a própria condição de possibilidade dela⁷. A narrativa, na compreensão de Ricoeur, não é mero relato do vivido, mas um processo de criação de sentido (ou de novo sentido) sobre o real descrito. Ela compõe uma intriga que estabelece uma concordância de elementos discordantes, pois ela organiza e agencia os fatos, reúne o que estava disperso⁸.

Sejam “trajetórias de vida” escritas, sejam entrevistas de história de vida produzidas numa situação de entrevista, a narrativa autobiográfica, conforme Leonor Arfuch, “(...) não remete apenas a uma disposição de acontecimentos numa ordem sequencial, a uma exercitação mimética daquilo que constituiria primariamente o registro da ação humana, com suas lógicas, personagens, tensões e alternativas, mas à forma por excelência de estruturação da vida”⁹.

Os estudos mais recentes têm tomado as narrativas autobiográficas enquanto tramas da intersubjetividade, considerando o “outro” (seja leitor, seja entrevistador), como figura determinante de sua produção. Como aponta o psicólogo social Harald Welzer, dedicado aos estudos sobre memória autobiográfica e comunicativa, a autobiografia se realiza somente enquanto uma versão orientada para o ouvinte (em nosso caso, o destinatário), enquanto uma montagem atual da memória da história de vida¹⁰.

⁴ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, pp. 183-191.

⁵ RICOEUR apud ARFUCH, L. *O espaço biográfico. Dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010, pp. 115-116.

⁶ LEJEUNE apud ARFUCH, op. cit., p. 128.

⁷ RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa I*. Campinas: Papyrus, 1994.

⁸ ID. *Tempo e narrativa II*. Campinas: Papyrus, 1995.

⁹ ARFUCH. Op. cit., p. 112.

¹⁰ WELZER, Harald. *Das kommunikative Gedächtnis. Eine Theorie der Erinnerung*. 2. ed. München: Beck, 2008, p. 213.

Neste artigo estão em foco “trajetórias de vida” constituídas em relações de intersubjetividade com uma repartição do Estado nacional-socialista. Adentraremos, assim, na problemática relativa à “escrita de si” num determinado contexto institucional, em que as vidas humanas deveriam ser contadas. Escrever sobre si era uma exigência daquela repartição governamental para que os retornados à Alemanha pudessem ser reintegrados.

A tese de doutoramento da historiadora alemã Christine Müller-Botsch sobre biografias e ação política de funcionários do baixo escalão do NSDAP, também baseada em “trajetórias de vida”, aponta para o potencial específico da análise de autobiografias em contextos institucionais. Segundo ela, é exatamente através deste tipo de análise que se pode apreender até que ponto modelos institucionais, relevâncias e expectativas atuam internamente na autocompreensão das pessoas¹¹. Em nosso caso, não tratamos de “escritas de si” de funcionários daquele partido, mas de pessoas de diferentes profissões e classes sociais que narraram suas vidas para atender a uma exigência do governo. Mesmo assim, considerando que a repartição para a qual deveriam escrever sobre si era subordinada à Organização para o Exterior do NSDAP, autobiografia, memória e política se entrecruzam na narrativa autobiográfica.

3. A produção de “trajetórias de vida” para o RWA

A redação de um “Lebenslauf” (trajetória de vida) era uma das exigências do RWA (Rückwandereramt der Auslandsorganisation der NSDAP), repartição criada em 1934 especialmente para atender aos “retornados”. Todo cidadão alemão que retornasse ao país após ter estado, pelo menos, três meses no exterior, era considerado pelo governo um “retornado” (“Rückwanderer”) e deveria se cadastrar junto ao RWA.

Subordinado à Organização para o Exterior do NSDAP (Partido Nacional-Socialista Alemão), o RWA era responsável pelo cadastro, orientação e controle dos antecedentes políticos e criminais dos cidadãos alemães retornados e visava o aproveitamento de sua mão de obra. A orientação dos retornados ocorria até o momento de obtenção do primeiro emprego¹².

No exercício de suas funções, a repartição cooperava com a Gestapo, para o controle dos antecedentes criminais dos retornados, com a própria Organização para o Exterior do NSDAP, para o controle dos antecedentes políticos, com os órgãos responsáveis pela intermediação de empregos (“Arbeitsämter”), com organizações nacional-socialistas responsáveis pela assistência social (NSV – Nationalsozialistische Volkswohlfahrt) e pela assistência às vítimas da guerra (NSKOV - Nationalsozialistische Kriegsoferversorgung), entre outros.

O RWA exigia o preenchimento de três formulários e a apresentação dos seguintes documentos: i) o passaporte ou um documento que comprovasse sua cidadania; ii) uma foto; iii) um “Lebenslauf” (trajetória de vida); iv) cópias de

¹¹ MÜLLER-BOTSCH, Christine. *“Den richtigen Mann an die richtige Stelle”. Biographien und politisches Handeln von unteren NSDAP-Funktionären*. Frankfurt am Main: Campus Verlag, 2009, p. 305.

¹² Brief vom RWA an den Rückwanderer Otto Krieg, 25.11.1940. Mikrofilm 0035 – RWA Namen 3600.

certificados de comprovação de atuação profissional¹³. Após o órgão checar os antecedentes do retornado junto à Gestapo e à Organização para o Exterior do NSDAP, este recebia uma caderneta de identificação específico para retornados (“Rückwandererausweis”), cuja posse, provisória, era necessária para a obtenção do primeiro emprego e o registro de possíveis auxílios.

Os formulários A, B e C, a serem preenchidos, nos permitem averiguar quais as informações que interessavam ao governo. O mais minucioso, o formulário A (“Questionário para retornados”) tinha duas páginas, com questões dispostas em oito partes. Ele permitia obter um perfil muito detalhado do signatário, o qual deveria jurar pela veracidade dos dados informados.

Na primeira parte do formulário, entre outros dados pessoais, o retornado deveria assinalar sua origem racial: “deutschblütig” (de sangue alemão), “fremdblütig” (de sangue estranho), “Mischling” (mestiço) ou “Jude” (judeu). O cadastramento, portanto, seguia os princípios de inclusão e exclusão do regime nacional-socialista e de sua política de migrações¹⁴. A ideia de uma comunidade nacional e racial alemã (“Volksgemeinschaft”), apropriada e difundida pelos nacional-socialistas, assim como pressupunha a inclusão dos alemães étnicos, ou seja, os que não tinham a nacionalidade alemã, mas origem e traços culturais alemães (“Volksdeutsche”)¹⁵, justificava a exclusão de outros grupos considerados indesejados.

Deveria-se informar também se o signatário era ou não membro do NSDAP, dados sobre a filiação e se pertencia a alguma sub-organização daquele partido. Também deveria informar se era ou não membro da DAF – “Deutsche Arbeitsfront” (Frente de Trabalho Alemã)¹⁶, com indicação da data e local de ingresso, se era filiado ou havia sido filiado a outros partidos e organizações e se havia sido punido anteriormente.

O questionário também inquiria sobre os antecedentes migratórios e as experiências de trabalho, dados sobre serviço militar e participação em guerras.

¹³ Cfe. Merkblatt für Rückwanderer. Este folheto de instruções pode ser encontrado em diversas pastas pessoais constantes das coleções do RWA. Rückwandereramt – Namen 3600 e Rückwandereramt – RWA - Länder 3601.

¹⁴ Sobre isso vide OLTMER, Jochen (org.). *Nationalsozialistisches Migrationsregime und “Volksgemeinschaft”*. Paderborn: Ferdinand Schöningh, 2012.

¹⁵ Os “Volksdeutsche” que se dirigiam à Alemanha durante o nacional-socialismo eram orientados pela VoMi – Volksdeutsche Mittelstelle, repartição criada pelo NSDAP para coordenar sob uma direção só todos os órgãos governamentais e do partido nazista que lidavam com questões atinentes àqueles indivíduos. Desde o verão de 1939, uma das principais atribuições da VoMi foi preparar a migração de milhares de “Volksdeutsche”, sobretudo os oriundos do Báltico e do Tirol, e organizar a colonização (“germanização”) dos territórios ocupados no Leste Europeu. KAMMER, Hilde; BARTSCH, Elisabet. Volksdeutsche. In: *Nationalsozialismus: Begriffe aus der Zeit der Gewaltherrschaft 1933-1945*. Reinbek bei Hamburg: Rohwolt, 1992, p. 219.

¹⁶ A DAF foi criada em maio de 1933, após o desmantelamento dos sindicatos dos trabalhadores pelo recém empossado governo nacional-socialista. A DAF não substituiu os sindicatos, pois não era uma organização representativa dos trabalhadores, mas responsável pela sua orientação social e cultural, sua formação profissional e sua doutrinação política. A DAF objetivava abranger e controlar todos os trabalhadores até nos seus espaços de trabalho. Tendo se tornado a maior organização de massa do aparato nacional-socialista, a DAF teve um lugar relevante no programa econômico e no sistema de educação nacional-socialista e papel importante na preparação da guerra. Sobre isso vide: DAF – Deutscher Arbeitsdienst. In: KAMMER, H.; BARTSCH, E. Op. cit., pp. 46-47.

Os formulários B e C, mais sucintos, permitiam uma visualização rápida de dados considerados relevantes pelo RWA, a maioria já constantes do formulário A. O formulário B servia para a emissão do documento de identificação¹⁷. O formulário C deixa entrever o interesse nas habilidades profissionais e linguísticas dos retornados. Ali o retornado deveria fazer constar a profissão aprendida e a última atividade profissional exercida e a(s) língua(s) estrangeira(s) que falava e escrevia com fluência. Este último dado foi muito relevante para seu emprego em funções militares ou civis específicas durante a guerra. Nesse formulário também se percebe a preocupação com a origem racial e os antecedentes políticos.

A exigência de todas estas e outras informações demonstra o exercício de poderes e de controle sobre os retornados. Após a checagem dos seus antecedentes junto à Organização para o Exterior do NSDAP e a Gestapo, eles eram classificados em três categorias, conforme sua lealdade política.

Para os fins desta pesquisa, nos interessam as “trajetórias de vida” preservadas nas coleções de pastas pessoais dos retornados produzidas pelo RWA, muito embora para a sua análise devamos lançar mão de outros documentos.

Essas coleções não contêm as pastas pessoais de todos os cidadãos alemães que retornaram do Brasil, somente as de 448 pessoas, a maioria delas incompleta¹⁸. Nelas, 18 “trajetórias de vida” referentes a 17 retornados do Brasil, 13 de homens, 4 de mulheres, foram localizadas.

Estas “trajetórias de vida”, assim como os outros documentos constantes das pastas, como os questionários, correspondências do ou para o RWA ou dos próprios retornados e seus parentes e até mesmo interrogatórios (para o caso dos que retornaram durante a guerra), permitem ao historiador se aproximar da dimensão subjetiva do fenômeno do retorno.

Neste artigo buscaremos, a partir de um estudo de caso, analisar alguns aspectos desse tipo específico de narrativa autobiográfica produzida para uma instituição integrante do aparato burocrático nacional-socialista e, assim, embrenhar nas tramas da (inter)subjetividade ali presentes.

4. Interpretação de “trajetórias de vida”: considerações metodológicas

Considerando que as “trajetórias de vida” foram escritas para uma repartição do governo nacional-socialista, nos baseamos, na medida do possível, nas considerações metodológicas da historiadora Christine Müller-Botsch, a qual

¹⁷ Ali deveriam ser preenchidos os seguintes dados: nome, data e local de nascimento, nacionalidade, se o retornado era portador de passaporte alemão ou de outra nacionalidade ou se não tinha nacionalidade, nome do cônjuge, em que país havia trabalhado por último nos últimos dois meses, data exata da entrada na Alemanha e se já havia sido em algum momento portador de um “Rückwandererausweis”.

¹⁸ Não há estatísticas oficiais sobre os retornados do Brasil referentes a todo o período do III Reich. Sabemos, contudo, que pelo menos 8.400 cidadãos alemães do Brasil voltaram à Alemanha entre 1937 e 1939. Uma breve discussão acerca da problemática do retorno e de sua quantificação encontra-se em FROTSCHER, Méri. De “alemães no exterior” a brasileiros? A repatriação de cidadãos brasileiros da Alemanha ocupada (1946-1949). *História Unisinos*. São Leopoldo, v. 17, n. 2, pp. 81-89, mai./ago. 2013.

analisou, em sua tese de doutorado, “trajetórias de vida” de funcionários do baixo escalão do NSDAP escritas durante o regime nacional-socialista e, depois, no contexto da política de desnazificação da Alemanha após a guerra¹⁹. A autora buscou apreender até que ponto modelos institucionais, relevâncias e expectativas atuam internamente na autocompreensão das pessoas²⁰.

Na avaliação de “trajetórias de vida” escritas num determinado contexto institucional, Müller-Botsch assinala a relevância de se considerar três contextos de produção destas fontes: i) os formatos específicos; ii) a interação entre redator e destinatário; iii) os contextos biográficos.

Quanto ao formato das “trajetórias de vida” mencionadas, elas foram escritas das mais variadas formas, manuscritas ou datilografadas, em forma de texto ou com os dados dispostos em itens. Têm também tamanhos e estilos de redação diversos. Não havia um espaço reservado para escrevê-las nos formulários a serem preenchidos. Deveriam, portanto, ser redigidas em folha(s) à parte. Em folheto de instruções do RWA que acompanhava o formulário A, constava apenas que não deveria haver omissões. Nas circulares encaminhadas pela central do RWA a suas filiais não foram encontradas outras recomendações sobre o preenchimento a serem repassadas aos retornados.

Quanto à interação entre redator e destinatário, levamos em conta que a redação de uma “trajetória de vida” não era facultativa, mas uma exigência do RWA, um pré-requisito para que os retornados pudessem ser reintegrados ao mercado de trabalho. Considerando que o RWA era subordinado a um partido que havia se tornado o próprio governo sob um regime regime totalitário, a interação entre redator e destinatário era caracterizada por uma forte relação de poder unilateral e a produção das representações de si é determinada por esse relacionamento. Na análise delas, levamos em conta também os interesses e expectativas dos retornados em relação àquela repartição em específico e ao governo alemão como um todo.

Quanto ao contexto biográfico – entendido enquanto o contexto da história de vida do autor do texto – utilizamos dados e informações sobre o retornado constantes nos documentos de sua própria pasta pessoal e também de documentos burocráticos do RWA, documentos de outros fundos e coleções do governo alemão e de referências bibliográficas.

Na análise das “trajetórias de vida”, consideramos a própria estruturação da vida realizada pela narrativa. Como a socióloga Gabriele Rosenthal adverte, na interpretação de fontes autobiográficas não se deve querer analisar o que está “por trás” do texto, mas “no” texto, ou seja, a própria estrutura ou “Gestalt” da história de vida. Segundo a autora, cada parte individual tem uma significação funcional para a

¹⁹ MÜLLER-BOTSCH. Op. cit.

²⁰ Idem, p. 305. Em sua tese, a autora pôde concluir o seguinte: 1) que os autores das trajetórias de vida se apropriaram, inteiramente ou em parte, de elementos da ideologia nacional-socialista e recomendavam medidas nacional-socialistas; 2) que, em todos os casos, se fazia uma crítica parcial a partes da ideologia e da praxis nacional-socialista, as quais eram sobretudo ressaltadas nas trajetórias de vida presentes nos processos aos quais foram submetidos logo após a guerra, também consultados pela autora (MÜLLER-BOTSCH. Op. cit., pp. 299-300).

“Gestalt” e esse significado se relaciona com outras partes²¹.

5. Narrativa autobiográfica, trama de (inter)subjetividades: um estudo de caso

Neste artigo nos concentraremos no caso de Karl Eckmayer, o único retornado do qual dispomos de duas “trajetórias de vida”, a primeira datada em 15 de março de 1939, quando entrara na Alemanha, a segunda em 20 de junho de 1943, quando, inválido pela guerra, esperava se inserir na vida civil. Esse exercício comparativo entre “escritas de si” de uma mesma pessoa permite relacionar as mudanças na narrativa autobiográfica às transformações dos contextos de sua produção.

Karl nasceu em 24 de março de 1916, em Schaumburg, então Império Austro-Húngaro. Os documentos disponíveis nas coleções do RWA nos dizem pouco sobre o período vivido até a emigração ao Brasil, apenas que frequentou a escola entre 1924 e 1930. Com base em sua “trajetória de vida” e nos formulários sabemos ainda que acompanhou os pais ao Brasil logo depois, aos 14 ou 15 anos de idade, e que se instalaram em Santa Cruz, no município do Rio de Janeiro. Ali seus pais adquiriram uma “colônia” (propriedade agrícola) e Karl os ajudava na agricultura²².

No início de 1939, Karl se dirigiu à Alemanha por ter sido convocado pelo governo alemão para servir ao “Reichsarbeitsdienst” (Serviço de Trabalho do Império Alemão), doravante RAD. Essa organização estatal havia sido criada pelo governo nacional-socialista em junho de 1935. Todos os jovens a partir dos 18 anos deveriam servir seis meses de trabalho à RAD, durante o que eram submetidos ao disciplinamento militar e à doutrinação político-ideológica²³.

Com o “Anschluss”, a anexação da Áustria, em 1938, Karl e seus conterrâneos passaram a ser considerados cidadãos do “Grosses Deutsches Reich” (Grande Império Alemão). Em razão disso, uma circular da central do RWA determinou a todas as suas filiais que todos os antigos cidadãos da Áustria que haviam retornado “ao Reich e à Áustria” depois de 12 de março de 1938 deveriam também ser considerados “retornados”²⁴. Por isso, o deslocamento de Karl e de outros austríacos que viviam no Brasil foi considerado um “retorno”, mesmo que nunca tivessem pisado o território que, até 1938, havia constituído a Alemanha.

A política de nacionalização dos estrangeiros no Brasil, levada a cabo pelo governo brasileiro a partir de fins de 1937, associada à anexação da Áustria chegou a motivar a saída do Brasil de outros austríacos, como se pode apreender nos questionários apresentados ao RWA. Neles, o termo “Heimkehr der Ostmark in das GDR” (retorno da Áustria ao Grande Império Alemão) aparece às vezes como motivo para o retorno a partir do Brasil.

²¹ ROSENTHAL, Gabriele. A estrutura e a Gestalt das autobiografias e suas conseqüências metodológicas. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína (org.). *Usos & Abusos da História Oral*. 5ª. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002, pp. 193-200.

²² Coleção RWA - Namen 3600, microfilme A0012, Karl Eckmayr, Arquivo Nacional, Berlim. Todos os documentos de ou sobre Karl Eckmayr e Elfriede Eckmayr doravante citados se encontram na referida pasta.

²³ KAMMER, Hilde; BARTSCH, Elisabet. RAD, Reichsarbeitsdienst. In: *Nationalsozialismus. Begriffe aus der Zeit der Gewaltherrschaft 1933-1945*. Reinbek bei Hamburg: Rohwohlt, 1992, pp. 158-159.

²⁴ Circular n. 110/1938 do RWA Berlim a todas as suas filiais. Berlim, 6. 10.1938. NS 9-65 (AO der NSDAP – RWA), Arquivo Nacional, Berlim.

Entretanto, diferente de muitas famílias que retornaram, Karl não parece ter se dirigido ao novo território alemão para ali permanecer. Karl também não retornou ao seu local de nascimento. Seus parentes mais próximos estavam no Brasil e seu deslocamento para a Europa visava o cumprimento do serviço de trabalho ao RAD e, posteriormente, do serviço militar. Nesse momento o governo alemão investia na convocação dos jovens em idade militar que se encontravam também fora do país. A análise do deslocamento desses rapazes para prestar o serviço militar na Alemanha precisa, então, ter em vista o processo de militarização da sociedade alemã e de preparo da guerra já há alguns anos em curso.

O serviço militar obrigatório para homens entre 18 e 45 anos havia sido reinstituído por meio de uma lei específica em maio de 1935. Com isso, o governo nacional-socialista desrespeitou o Tratado de Versailles, o qual havia restringido o número de soldados de carreira²⁵. Em 17 de abril de 1937 o governo ainda publicou uma ordem de alistamento dos cidadãos alemães residentes no exterior (“Auslandsdeutsche”)²⁶. Segundo a lei, os alemães sujeitos ao alistamento que morassem no exterior ou ali estivessem morando temporariamente poderiam ser dispensados do serviço militar até o prazo de dois anos, em casos excepcionais, até o término da obrigação militar (parágrafo 17). Somente em casos muito especiais poderiam ser dispensados do serviço militar. No caso de mobilização, todos aqueles que estavam obrigados ao serviço militar deveriam permanecer à disposição do exército (parágrafo 5, alínea 1)²⁷.

Um relatório escrito por um alemão que vivia no Brasil, enviado ao DAI – Deutsches Auslands-Institut (Instituto Alemão para o Exterior)²⁸, menciona que após a publicação daquela lei, o cônsul alemão de São Paulo publicou na imprensa brasileira uma nota convocando filhos de cidadãos alemães a se alistarem. Isso teria, segundo ele, provocado uma grande polêmica entre brasileiros que haviam entendido que a lei se referia também àqueles que haviam nascido no Brasil, ou seja, aos que tinham a nacionalidade brasileira²⁹.

Ambas as leis mencionadas, a de 1935 e a de 1937, não haviam abrangido ainda rapazes como Karl, nascidos no antigo império austro-húngaro e que não

²⁵ Wehrmacht. In: KAMMER & BARTSCH. Op. cit., p. 234.

²⁶ Wehrpflicht für Auslandsdeutsche, Gesetz von 1935. Pasta R 57 NEU - 653. Arquivo Nacional, Berlim. Sobre a legislação referente ao serviço militar alemão durante o nacional-socialismo ver ainda TAVARES, Antonio de Lyra. *Quatro anos na Alemanha ocupada*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1951, p. 71.

²⁷ Wehrpflicht für Auslandsdeutsche, Gesetz von 1935. Pasta R 57 NEU - 653. Arquivo Nacional, Berlim.

²⁸ O DAI foi criado em 1917 com o intuito de orientar alemães e descendentes no exterior, documentar minuciosamente sua presença, produzir pesquisas e publicações, assim como aconselhar e orientar pessoas que desejassem emigrar. O instituto desempenhou funções importantes na política cultural alemã voltada para o exterior. Sobre o DAI e a instrumentalização da cultura durante o III Reich vide o trabalho de GESCHE, Katja. *Kultur als Instrument der Aussenpolitik totalitärer Staaten. Das Deutsche Ausland-Institut 1933-1945*. Köln, Weimar, Wien: Böhlau Verlag, 2006.

²⁹ O fato é criticado em 1938 pelo signatário do relatório, o qual ali se refere à proibição do NSDAP no início daquele ano e às tensões existentes no Brasil em razão da política de nacionalização dos estrangeiros. A transcrição do relatório, escrito por Rudolf Fritsch, de São Paulo, em 18.03.1938 e encaminhado ao DAI seguiu como anexo à correspondência do Ministério da Propaganda ao Ministério das Relações Exteriores, Berlim, 04.05.1938. Pasta 104939 (Politische Beziehungen Brasiliens zu Deutschland), Arquivo Político do Ministério das Relações Exteriores, Berlim.

dispunham da cidadania alemã. Mas com a anexação da Áustria, Karl e seus conterrâneos passaram a ser considerados cidadãos alemães (“Reichsdeutsche”) e, pelo fato de estar morando fora do país, “Auslandsdeutsche” (cidadão alemão no exterior), estando assim sujeitos à lei mencionada de 1937 que se referia aos “Auslandsdeutsche”. A documentação da pasta pessoal de Karl não informa quando foi convocado pelo governo alemão³⁰, provavelmente alguns meses depois da anexação da Áustria, pois um ano depois ele chegou em Bremerhaven, Alemanha.

Logo ao chegar no porto, em março de 1939, quando estava prestes a completar 22 anos de idade, Karl foi instado pelas autoridades a preencher os formulários do RWA e a redigir um “Lebenslauf” (trajetória de vida). Esse documento foi redigido em 15 de março, a bordo do navio brasileiro General Osório, ou seja, antes mesmo de pisar o solo alemão. O fato de ter preenchido os documentos de praxe exigidos pelo RWA e de ter sido, logo em seguida, encaminhado ao local onde deveria cumprir o “Reichsarbeitsdienst”, demonstra a estreita cooperação entre aquela repartição e essa organização estatal, com vistas ao rápido encaminhamento dos jovens alemães que vinham do exterior a seus locais de trabalho.

O texto manuscrito da “trajetória de vida”, redigido em letras cursivas grandes, é bem sucinto. Vejamos a tradução do manuscrito original:

Trajetoária de vida!

Eu, Karl Eckmayr, nascido em Schaumburg em 24 de março de 1916, filho de Karl Eckmayr e filho de Katarina Eckmayr, nascida Sonleitner, frequentei a escola em Hartkirchen de 1924-1930 parti em 1931 com meus pais para o Brasil na colônia. Trabalhei com meus pais na agricultura e algumas vezes com montagem. Agora eu vou, conforme ordem de mobilização, para o “Arbeitsdienst” e o serviço militar.

General Osório

15.3.1939

Karl Eckmayr³¹

Em nove linhas e meia Karl informa os dados de nascimento, a filiação, a frequência à escola fundamental, o ano e o país da emigração, a atuação profissional e o intuito de cumprir o “Arbeitsdienst” e o serviço militar.

O fato desta pequena “escrita de si” ter sido redigida quando ainda estava em trânsito é perceptível na própria narrativa, por meio do uso da voz ativa da última frase: “Agora eu vou [grifo da autora], conforme ordem de mobilização, para o “Arbeitsdienst” e o serviço militar”.

Por meio de um formulário preenchido na mesma ocasião, sabemos que Karl estava se dirigindo à localidade de Ainau, Geisenfeld, no estado da Baviera, para ali prestar serviços ao RAD. Karl assim foi um dos milhares de jovens recrutados pelo RAD naquele ano. Conforme dados do governo nacional-socialista, o RAD recrutou em 1939 um total de 300.000 homens e 25.000 mulheres³².

³⁰ Seu passaporte foi expedido em 5.11.1938 no Rio de Janeiro, segundo documento do RWA constante de sua pasta.

³¹ ECKMAYR, Karl. Lebenslauf. 15.3.1939. Coleção RWA - Namen 3600, microfilme A0012, Karl Eckmayr, Arquivo Nacional, Berlim. (Essa e as demais traduções para o português foram feitas livremente pela autora).

³² KAMMER, H.; BARTSCH, E. Op. cit., p. 159.

Karl e muitos destes rapazes foram obrigados a emendar o período de serviços ao RAD ao serviço militar ativo no *front*, em razão do irromper da guerra no início de setembro daquele ano. Durante a guerra, ele teve de lutar como artilheiro em diversos *fronts* até ser ferido na Rússia e ter a perna direita amputada, em abril de 1942.

Em junho de 1943, quando aguardava dispensa do exército, em função de sua invalidez, Karl teve de preencher um novo formulário e escrever uma nova “trajetória de vida” e apresentá-los ao RWA³³. Os documentos constantes em sua pasta pessoal não apresentam diretamente as razões dessa exigência, a qual provavelmente se devia ao intuito de inserção na vida socioeconômica enquanto civil. Nesse interim, Karl, então com 27 anos, havia se casado com uma moça de 25 anos. Como ele, ela também havia nascido no antigo império austro-húngaro, emigrado ao Rio de Janeiro e, em 1939, se dirigido à Alemanha desacompanhada da família.

Vejamos a tradução de sua segunda “trajetória de vida”, na íntegra:

Trajetoária de vida

Eu, Karl Eckmayr, filho de Karl e de Katharina Eckmayr, nascida Sonleitner, nasci em 24 de março de 1916 em Schaumburg, freguesia Hartkirchen (Oberdonau).

Até os meus 14 anos frequentei a escola. Em consequência da situação ruim na Áustria, em 1930 meus pais e eu emigramos para o Brasil, para lá fundarmos uma fazenda. Eu trabalhei na fazenda dos meus pais, com exceção de uma pequena pausa, durante a qual trabalhei na construção do hangar do Zeppelin em Santa Cruz, próximo do Rio de Janeiro.

Em março de 1939 fui convocado a retornar à pátria para o cumprimento do meu “Arbeitsdienst” e do ativo serviço militar. Após a eclosão da guerra, em setembro de 1939, lutei como artilheiro (telefonista) contra a Holanda, Bélgica e França e, desde o começo da campanha no Leste, contra a Rússia, onde eu próprio fui, em 9 de abril de 1942, ferido por um estilhaço de granada e me foi amputada a perna direita na altura da coxa.

Em fevereiro de 1943 ganhei alta do hospital militar em Stuttgart e transferido para a repartição do exército responsável pela dispensa em Munique. Em 18 de maio de 1943 me casei com Elfriede Semlitsch (também uma “alemã do exterior” do Brasil). Desde 7 de junho moro em Freising e farei um curso profissionalizante de controle da qualidade do leite.

Em breve serei dispensado pelo exército e receberei um emprego.

Freising, 20 de junho de 1943.

Karl Eckmayr.

Esta “trajetória de vida”, mais detalhada e rebuscada do que a escrita em 1939, apresenta diferenças em relação ao tamanho, conteúdo, estilo e até mesmo à letra. A letra é a da esposa, Elfriede Eckmayr, que redige e assina diversas correspondências incluídas na pasta.

Sobre a vida de Elfriede, os documentos nos trazem poucas informações, apesar das diversas correspondências dela, para ela e sobre ela encontradas na pasta do marido, relativas à tentativa de liberar a conta bancária dela no Brasil em

³³ Neste e no formulário preenchido em 1939, não há dados relativos à filiação a partidos políticos ou à participação em alguma organização do NSDAP ou mesmo filiação à DAF.

benefício de sua mãe, que lá havia permanecido.

De um formulário preenchido por Karl, em 1943, sabe-se que Elfriede nasceu em dezembro de 1917, em Mürzzuschlag, localidade próxima a Viena, Áustria. Com base em outras fontes da pasta pessoal, se infere que provavelmente eles já se conheciam no Brasil, pois as famílias de ambos moravam em lotes próximos em Santa Cruz³⁴. Elfriede apenas informa, como seus antecedentes, numa correspondência endereçada em 1943 ao órgão responsável pelos refugiados alemães, que havia viajado de férias à Alemanha em 1939 por intermédio da “Kraft durch Freude” – KdF (Força pela Alegria), a bordo do Monte Sarmiento, e que em razão do irromper da guerra não pôde retornar ao Brasil.

A KdF, uma suborganização da DAF – “Deutsche Arbeitsfront” (Frente de Trabalho Alemã), era um programa de turismo de massa do governo alemão. A KdF propagava que viajar não deveria mais ser um “privilégio burguês” e um artigo de luxo, mas ser acessível a todas as classes sociais³⁵. O historiador Bernd Jürgen Wendt acentua, contudo, que os programas de turismo da KdF, como parte da política social nacional-socialista, visavam a disciplinarização, o controle e a doutrinação política, servindo sobretudo à exclusão social e política³⁶. Faziam parte desses programas também viagens internacionais, motivo pelo qual também o Brasil esteve na lista de países visitados por navios da KdF.

A estadia de Elfriede na Alemanha, portanto, deveria ser bem curta. Quanto a Karl, não sabemos qual era sua intenção quanto à permanência na Alemanha quando para ali se dirigiu. Era previsto, pelo menos, o período necessário ao RAD e ao serviço militar, ou seja, dois anos e meio. O fato é que a eclosão da guerra em setembro de 1939 e o seu desenrolar marcaram os destinos de ambos. Karl foi para o *front* (serviu ao exército desde outubro), Elfriede não pôde retornar ao Brasil. Pela documentação disponível, não é possível saber como ela se manteve financeiramente até o casamento.

Três meses depois de Karl ter sido liberado definitivamente pelo exército, eles se casaram. Elfriede o ajudou a se inserir na vida civil, por meio do preenchimento e do encaminhamento dos documentos necessários ao RWA. Se ela apenas transcreveu um texto formulado pelo marido, se o auxiliou em sua redação ou se ela própria o escreveu, não podemos precisar. Mas o conteúdo, a forma e sobretudo a letra da “trajetória de vida” nos dão indícios sobre a interferência da esposa na sua produção. A representação de si ali contida deve ser relacionada, então, ao contexto vivido pelo casal, às posições e lugares sociais ocupados, às relações tecidas por eles (incluindo as de intersubjetividade com o próprio destinatário), assim como aos interesses naquela representação de si.

Escrito em 24 linhas, a “trajetória de vida” de 1943 traz mais detalhes sobre aspectos da história de vida de Karl. Ali consta não apenas o ano de emigração ao Brasil (1930) – que, a propósito, difere do mencionado no formulário preenchido na

³⁴ Os pais de Karl moravam no lote 32, na estrada Morro do Ar, e a mãe viúva de Elfriede, no lote 35. Ou seja, as famílias eram provavelmente vizinhas.

³⁵ WENDT, Bernd Jürgen. *Das nationalsozialistische Deutschland*. Berlin: Landeszentrale für politische Bildung, 1999, p. 65.

³⁶ Idem, p. 66.

mesma ocasião e na “trajetória de vida” anterior, no qual consta o ano 1931 - mas também o seu motivo: “por causa da situação ruim na Áustria”. Ao redator do texto parecia, portanto, importante registrar porque a família havia emigrado, ou, lendo de outra forma, porque haviam deixado a Áustria. Em outras representações de si preservadas nas coleções do RWA também é visível essa preocupação em justificar a emigração por meio da referência à “situação ruim”, algo que, inclusive, correspondia à propaganda nacional-socialista e à deslegitimação que fazia do regime anterior.

Bem significativos também são outros detalhes não mencionados na “trajetória de vida” anterior, como a frase: “Eu trabalhei na fazenda dos meus pais, com exceção de uma curta interrupção, durante a qual me ocupei na construção do hangar do Zeppelin em Santa Cruz, no Rio de Janeiro.” A menção ao dirigível alemão é algo significativo, considerando o valor simbólico que a propaganda da “Nova Alemanha” nacional-socialista deu aos dirigíveis, também no exterior.

Em 1930, pela primeira vez, o dirigível Graf Zeppelin havia aportado no Rio de Janeiro. Com o sucesso das viagens, a empresa Luftbauschiff Graf Zeppelin GmbH havia obtido autorização do governo brasileiro para construir um hangar na baía de Sepetiba, bairro de Santa Cruz, justamente onde Karl morava. Os dirigíveis Graf Zeppelin e Hindenburg realizaram nove viagens de Frankfurt até o Rio de Janeiro, com parada em Recife, até o trágico acidente do Hindenburg. Essas viagens inovadoras foram bastante usadas pela propaganda nazista para mostrar o alcance da técnica alemã na “Nova Alemanha”, mesmo que os dirigíveis já tivessem sido desenvolvidos durante a “desprezada” República de Weimar. A referência de Karl à sua participação na construção do hangar do Zeppelin, em sua representação de si, procurava ligá-lo àquela nação alemã.

Ainda em relação ao “retorno”, interessante observar que no formulário preenchido na mesma ocasião da escrita da “trajetória de vida”, não é mais a Áustria, nem o Império Alemão (“Deutsches Reich”), o país de nascimento informado, mas somente a Alemanha³⁷. A anexação da Áustria e sua estadia de quatro anos havia, portanto, alargado seu conceito sobre a Alemanha, fazendo-o incorporá-la a sua história pessoal.

Como se esperava algo do governo alemão, há também uma mudança na forma de narrar o “retorno”. Enquanto que na primeira “trajetória de vida” o “retorno” é narrado na voz ativa, deixando transparecer a imagem de um jovem em plena mobilidade que se dirigia ao serviço militar, no segundo, o “retorno” é narrado na voz passiva. Vejamos: “Em março de 1939, fui convocado à pátria para o cumprimento de meu ‘Arbeitsdienst’ e do ativo serviço militar”. Nessa nova versão de sua “trajetória de vida”, seu deslocamento à Alemanha é provocado. A pátria alemã o teria convocado. E tendo cumprido seu dever para com a pátria por meio do serviço militar “ativo”, como menciona, esperava dela uma compensação. A narrativa de toda a “trajetória de vida” parece ser estruturada por esse intuito.

Isso ajuda a compreender porque, em que pese seus 27 anos, a metade do texto (12 das 24 linhas) se refira ao que havia ocorrido nos quatro anos anteriores,

³⁷ Fragebogen für Rückwanderer (Formulário A), preenchido em 20.6.1943. Coleção RWA - Namen 3600, microfilme A0012, Karl Eckmayr, Arquivo Nacional, Berlim.

ou seja, ao período posterior à chegada à Alemanha. Nessa parte são dados detalhes sobre onde lutou, a data exata do ferimento que lhe motivou a amputação da perna (algo extremamente marcante, portanto), a liberação do hospital militar e a sua transferência para Munique, a data do casamento e o nome da esposa, assim como suas expectativas em relação ao futuro profissional.

No momento da redação daquela “trajetória de vida”, a empolgação inicial dos primeiros anos havia passado. O exército alemão havia sofrido significativos revezes, como os ocorridos na Rússia, os quais foram vividos na própria carne por Karl. Na condição de inválido, sem uma perna, Karl teria maiores dificuldades de inserção na vida econômica.

Entretanto, se buscarmos apreender a visão do escrevente sobre sua vida no momento da redação, conforme metodologia proposta pela historiadora Christina Müller-Botsch, não percebemos tons de ressentimento, muito embora o foco no período da guerra acentue os sacrifícios de Karl em prol da nação.

Se avaliarmos o objetivo e a importância dados à “trajetória de si” pelo escrevente, percebemos que diferente da narrativa redigida em 1939, sucinta e sem demonstrar pretensões junto ao governo, a de 1943 é narrada com o objetivo de acentuar o compromisso para com a nação alemã e de sugerir uma expectativa de recebimento de apoio. Muito embora ambas tenham sido suscitadas por uma exigência burocrática do RWA, em 1943 foi dada maior importância à narração da vida, daí o detalhamento e a acentuação de alguns fatos, a demora na descrição do serviço militar durante a guerra, a sequência de determinados trechos, a expressão das expectativas em relação ao emprego ao final. Houve maior interesse na representação de si perante o destinatário, um órgão que poderia dar ou intermediar a concessão de subsídios.

Ao mencionar o casamento, Elfriede é identificada como uma “Auslandsdeutsche aus Brasilien” (alemã do exterior oriunda do Brasil), uma identificação também utilizada pela política externa alemã ao se referir aos cidadãos alemães que viviam no exterior³⁸. O RWA, cabe lembrar, era subordinado à Organização para o Exterior do NSDAP.

Se observarmos a própria sequência narrativa, escrita no momento da inserção de Karl na vida civil, percebemos que a menção ao recente casamento é seguida pela referência à planejada frequência de um curso profissionalizante e à expectativa

³⁸ Segundo o dicionário *Kleines Handwörterbuch des Grenz- und Ausland-Deutschtums*, de 1932, “Auslanddeutscher” era todo o alemão que residia fora das fronteiras políticas do Reich alemão ou da Suíça, Luxemburgo e Liechtenstein, independente de sua nacionalidade (GROTHER, H. *Grothes Kleines Handwörterbuch des Grenz- und Ausland-Deutschtums*. Herausgegeben von Hugo Grothe. München und Berlin: Verlag von R. Oldenbourg, 1932, pp. 20-21). A terminologia para designar populações alemãs no exterior foi, contudo, revisada pelo governo alemão em 1937, quando surgiram denúncias na imprensa internacional sobre atividades de membros do NSDAP fora da Alemanha. Em razão de seus interesses políticos e para melhor distinguir o conceito de “Auslanddeutscher” do de “Volksdeutscher”, o governo alemão passou, a partir de então, a considerar “Auslandsdeutscher” somente o cidadão alemão no exterior e “Volksdeutscher” o alemão no exterior que fosse portador de nacionalidade estrangeira. Sobre isso vide: Brief des Leiters der AO der NSDAP im Auswärtigen Amt, W. Bohle, an den Präsidenten des Deutschen Ausland-Instituts, Herrn Oberbürgermeister Strölin (Abschrift). Berlin, 19.10.1937. Politisches Archiv des Auswärtigen Amtes – Pasta 27238.

de recebimento de um emprego naquela profissão. Em sua condição de inválido de guerra, Karl não podia mais desempenhar a “profissão aprendida” e “exercida” (a de agricultor) que havia mencionado no formulário apresentado ao RWA em 1939³⁹. Uma correspondência de dezembro de 1942 da filial do RWA de Stuttgart para o órgão responsável pela assistência às vítimas de guerra, solicitando ajuda à Karl, acentuava que ele não tinha uma profissão definida, pois havia trabalhado na colônia do pai no Brasil⁴⁰. A correspondência foi redigida depois de Karl ter pedido auxílio ao RWA, quando também teria expresso seu desejo de retornar ao Brasil depois da guerra, já que não tinha parentes na Alemanha⁴¹. Muito embora sua condição de vítima da guerra tivesse sido reconhecida, Karl recebeu após sua dispensa do exército apenas duas pequenas subvenções, uma relativa a férias, outra para aquisição de roupas⁴².

Em função da expectativa de uma estadia provisória na Alemanha, em 1939, e, depois, de sua participação na guerra como soldado, Karl não havia constituído um patrimônio no país. Primeiramente havia morado em instalações da própria RAD. Durante a guerra, havia se deslocado para diferentes *fronts* e, após seu ferimento, permanecido num hospital militar em Stuttgart.

Depois do casamento, em junho de 1943, Karl procurou novamente o RWA, desta vez em Munique, para pedir subsídios para a aquisição de roupas, louças e outros artigos domésticos. Correspondências preservadas, expedidas pelo RWA a órgãos responsáveis pela assistência social, informam o estado emergencial em que se encontrava Karl, caracterizando-o como refugiado (“Flüchtling”), pois dessa forma seria possível ajudá-lo, com base numa legislação específica que visava apoiar refugiados⁴³. Numa das correspondências do RWA, se lê: “(...) ele retornou do exterior em 1939 para cumprir o seu dever militar e em consequência dos acontecimentos políticos (guerra) não pôde mais retornar para lá. Ele pôde levar consigo apenas poucas coisas dos seus pertences”⁴⁴.

Dias depois, a esposa agradeceu calorosamente, por escrito, a intercessão do RWA, por meio da qual foram recebidas roupas de cama, mesa e banho e de peças de vestuário. Foi através dessa mesma correspondência que Elfriede encaminhou a já citada “trajetória de vida” do marido e outros documentos necessários para a expedição do documento de identificação de retornados, para que ele pudesse ser

³⁹ Fragebogen für Rückwanderer (formulário A), assinado em 15.03.1939. Coleção RWA - Namen 3600, microfilme A0012, Karl Eckmayr, Arquivo Nacional, Berlim.

⁴⁰ Rückwanderamt Zweigstelle Stuttgart an die NSDAP – Auslandsorganisation-Amt für Kriegsoferversorgung. Stuttgart, 16.12.1942. Coleção RWA - Namen 3600, microfilme A0012, Karl Eckmayr, Arquivo Nacional, Berlim.

⁴¹ Essa informação também consta no formulário A preenchido por Karl em 1939, quando redigiu sua primeira “trajetória de vida”.

⁴² Rückwandereramt Berlim an die Zweigstelle des RWA Stuttgart, Berlim, 25.3.1943. Coleção RWA - Namen 3600, microfilme A0012, Karl Eckmayr, Arquivo Nacional, Berlim.

⁴³ O Decreto Nr. 7/1940 do Ministério da Economia, de 31.01.1940, previa o apoio, entre outros, a “Auslandsdeutsche” e “Volksdeutsche” que depois do irromper da guerra haviam entrado no país oriundos de países neutros ou que, em consequência da guerra, não podiam retornar aos países neutros. O Decreto foi anexado à circular Nr. 29-40, 29.02.1940 do “Rückwandereramt”, encaminhada a todas as suas filiais. NS 9-66 (AO der NSDAP – RWA), Arquivo Nacional, Berlim.

⁴⁴ Korrespondenz des RWAs München an das zuständige Fachgeschäft und an die zuständige Kartenstelle. München, 17.6.1943. Coleção RWA - Namen 3600, microfilme A0012, Karl Eckmayr, Arquivo Nacional, Berlim.

empregado.

Ser casada com um homem mutilado, sem bens, sem familiares no país, mobilizaram Elfriede a ajudá-lo a interceder junto ao Estado. Não sabemos, pela documentação disponível, qual sua escolaridade, se tinha alguma formação profissional, como se manteve economicamente antes do casamento. Mas as correspondências e formulários demonstram que ela não era uma mulher limitada ao espaço privado e que era hábil nos procedimentos burocráticos⁴⁵.

Isso nos remete às considerações da historiadora Gisela Bock sobre as mulheres durante o regime nacional-socialista. Segundo ela, muito embora os homens fossem considerados o sustentáculo da família pela propaganda nacional-socialista, o governo reconhecia que deixar a mulher permanecer em casa era um sonho impossível: “Em vez disso, a mulher nazista ideal tinha como primeiro dever servir o Estado, estivesse no emprego ou em casa, em paz ou em guerra”⁴⁶. Sendo assim, a atitude de Elfriede em ajudar o marido a se inserir na economia alemã e na vida civil era bem vista pelo Estado.

Podemos identificar na segunda “trajetória de vida” de Karl uma narrativa produzida no presente acerca do passado e também das expectativas em relação ao futuro. Observe-se que a última frase se encontra no tempo futuro: “(...) serei liberado pelo exército e receberei um emprego”.

Como assinala o filósofo Paul Ricoeur, a memória é sempre a memória de alguém que faz projetos e que visa ao devir⁴⁷. Ou como formula a historiadora Helenice Rodrigues, baseada em Ricoeur e Reinhard Koselleck: “O ‘horizonte de expectativa’ (futuro) e o ‘espaço de experiência’ (passado), se recruzam na experiência do presente histórico, do mesmo modo que a espera (a promessa) e a lembrança na experiência de vida de cada pessoa no presente”⁴⁸.

5. Considerações finais

Durante a pesquisa de documentos resultantes da burocracia interna do RWA, com o objetivo de entender a função daquela repartição no regime de migrações nacional-socialista e a inserção dos alemães retornados do Brasil, nos deparamos inesperadamente com ricas “escritas de si”, tais como as de Karl. Elas nos aproximam das histórias vividas e narradas pelos próprios sujeitos desses deslocamentos entre países, de seus projetos, expectativas, destinos e tragédias.

As “trajetórias de vida” aqui analisadas representam um tipo específico de “escrita de si”. A construção da narrativa é mediada pela relação estabelecida com um destinatário determinado, uma repartição pública de um Estado totalitário. Não

⁴⁵ Mais tarde, em novembro de 1943, Elfriede também procurou o RWA para tentar liberar pequena soma em dinheiro depositado no Brasil em favor de sua mãe. Isso resultou numa troca de correspondências entre ela e aquele órgão.

⁴⁶ BOCK, Gisela. A política sexual nacional-socialista e a história das mulheres. In: DUBY, G.; PERROT, M. (Orgs.). *História das mulheres no Ocidente*. v. 5. Porto: Ed. Afrontamento, 1995, p. 200.

⁴⁷ RICOEUR apud SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/Comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 2002, v. 22, n. 44, p. 429.

⁴⁸ Idem, *ibidem*.

se tratava de uma “escrita de si” para si, ou seja, uma prática de “arquivar a própria vida”⁴⁹, nem uma prática voltada para um leitor do universo privado. Também não se tratava de uma prática facultativa, mas de uma “escrita de si” exigida pelo governo como um pré-requisito burocrático para que o retornado pudesse se reintegrar no país.

“Narrar a própria vida” para uma repartição como o RWA significava expor a vida individual ao aparato governamental nacional-socialista, que assim obtinha informações sobre as experiências individuais vividas também no exterior. Era também um mecanismo utilizado pelo Estado para exercer poderes no âmbito mais privado da vida.

Estas “histórias narradas” foram, contudo, não apenas compostas com base nas relações de intersubjetividade estabelecidas com aquele destinatário no momento de sua produção, mas também nos interesses e expectativas dos seus autores. É o que procuramos evidenciar ao compararmos as duas “trajetórias de vida” de Karl.

6. Referências bibliográficas

ARFUCH, L. *O espaço biográfico. Dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010, pp. 115-116.

BOCK, Gisela. A política sexual nacional-socialista e a história das mulheres. In: DUBY, G.; PERROT, M. (Orgs.) *História das mulheres no Ocidente*. v. 5. Porto: Ed. Afrontamento, 1995, pp. 185-219.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, pp. 183-191.

MÜLLER-BOTSCH, Christine. *“Den richtigen Mann an die richtige Stelle”. Biographien und politisches Handeln von unteren NSDAP-Funktionären*. Frankfurt am Main: Campus Verlag, 2009.

FROTSCHER, Méri. De “alemães no exterior” a brasileiros? A repatriação de cidadãos brasileiros da Alemanha ocupada (1946-1949). *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 17, n. 2, pp. 81-96, mai./ago.2013.

GESCHE, Katja. *Kultur als Instrument der Aussenpolitik totalitärer Staaten. Das Deutsche Ausland-Institut 1933-1945*. Köln, Weimar, Wien: Böhlau Verlag, 2006.

GOMES, A. de C. (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GOMES, A. de C.; SCHMIDT, B (Orgs.). *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. UFRGS/Ed. FGV, 2009.

⁴⁹ Nos referimos aqui ao texto de Artières sobre a constituição pessoal de arquivos de vida. ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1998, v. 11, n. 21.

GROTHE, Hugo. *Grothes Kleines Handwörterbuch des Grenz- und Auslands-Deutschums*. Herausgegeben von Hugo Grothe. München und Berlin: Verlag von R. Oldenbourg, 1932.

KAMMER, Hilde; BARTSCH, Elisabeth. *Nationalsozialismus. Begriffe aus der Zeit der Gewaltherrschaft 1933-1945*. Reinbek bei Hamburg: Rohwohlt, 1992.

OLTMER, Jochen (Org.). *Nationalsozialistisches Migrationsregime und “Volksgemeinschaft”*. Paderborn: Ferdinand Schöningh, 2012.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa I*. Campinas: Papirus, 1994.

----. *Tempo e narrativa II*. Campinas: Papirus, 1995.

ROSENTHAL, Gabriele. A estrutura e a Gestalt das autobiografias e suas conseqüências metodológicas. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos & Abusos da História Oral*. 5ª. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002, pp. 193-200.

SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/Comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 2002, v. 22, n. 44, pp. 425-438.

TAVARES, Antonio de Lyra. *Quatro anos na Alemanha ocupada*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1951.

WELZER, Harald. *Das kommunikative Gedächtnis. Eine Theorie der Erinnerung*. 2. ed. München: Beck, 2008.

WENDT, Bernd Jürgen. *Das nationalsozialistische Deutschland*. Berlin: Landeszentrale für politische Bildung, 1999.